

JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO

Historiador luso-brasileiro (1).

Há um século, em Sintra, registrou-se, a 16 de abril, o nascimento de uma criança, que obteria fama com o nome de João Lúcio de Azevedo. Apenas ultimado o curso na "Aula do Comércio", atravessou o Atlântico, em busca de aventuras. Estanciou em Belém, que não era ainda a metrópole da Amazônia brasileira, afor-moseada ulteriormente, mercê do surto de indústria seringueira. Como centenas e milhares dos seus patrícios, vinha João Lúcio, estuante de mocidade, dar expansão à sua capacidade de trabalho remunerador. O comércio atraíu-o de início. Em vez, porém, de procurar algum armazém ou loja de armarinho, colocou-se na melhor livraria da cidade como caixeiro. E tanto prosperou que, no devido prazo, substituiu o proprietário, de quem se tornara genro. Ansioso de instruir-se, aprendeu as línguas francesa, inglesa, holandesa, italiana e alemã, que lhe permitiram conhecer as obras recomendadas pelos doutos, e aumentar a sua erudição de auto-didata. Especialmente as que versassem temas históricos, pelos quais sentiu pendor crescente. A Biblioteca Municipal, de opulenta documentação, completou-lhe a transformação de livreiro em historiador, cujos primeiros ensaios a imprensa divulgou por volta de 1892. Enfeixados, sem tardança, em volume, tomaram o título de *Estudos da História Paraense*, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acolheu com louvores. Daí se causou a iniciativa que não será descabido atribuir-se a José Veríssimo, seu amigo: "Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Sr. João Lúcio de Azevedo, cidadão português, domiciliado e residente na cidade de Belém do Pará, servindo-lhe de título de admissão a sua obra "Estudos de História Paraense", que nesta data, em nome do seu autor, é oferecida ao Instituto. Sala das Sessões, em 21 de julho de 1894. José Veríssimo, José

(1). — Transcrevendo, com a devida autorização de seu autor, o presente artigo, publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a *Revista de História* presta uma homenagem ao eminente historiador João Lúcio de Azevedo na passagem do primeiro centenário de seu nascimento (*Nota da Redação*).

Luis Alves, T. Alencar Araripe”. Ao endossar a proposta, a Comissão de História, a cujo exame foi submetido, afirmou, em seu parecer de 2 de setembro, firmado por César Augusto Marques, relator e Henri Raffard: “E’ importante este trabalho que se compõe das seguintes partes: 1) A companhia de Comércio de Grão-Pará e Maranhão e o Marquês de Pombal; 2) Jesuítas expulsos; 3) Apêndice às memórias do bispo do Pará; 4) Notícias sôbre o piloto João Afonso; 5) Os franceses no Amazonas.

Em todos estes enunciados, seu autor revela talento cultivado na história pátria, gênio investigador e de tudo tratou, não às carreiras, porém, detidamente, descrevendo também outras instituições do tempo”.

O êxito auspicioso da estréia estimulou-o a prosseguir nas pesquisas, sem descuidar dos interesses mercantis. Reconhecido ao Instituto que lhe premiou os esforços, ao franquear-lhe o ingresso ao quadro social, enviou-lhe mais tarde *Alguns documentos novos para a história da restauração pernambucana*, acompanhado de criteriosa apreciação. Não seria ainda assunto de sua predileção, mas encontrara documentação inédita em suas indagações e não queria deixar de divulgá-la pela prestigiosa Revista, que os trouxe a lume nos números LXXVII e LXXXIV. Não mais descansaria João Lúcio, que, na arrancada alviçareira do século, antes da crise da borracha, que deprimiu o mercado paraense, transferiu a outrém a sua casa comercial e regressou a Portugal. Diferente do jovem desprovido de recursos, que saltara em Belém, um quartel antes, adquirira haveres suficientes para não se amofinar com as contingências econômicas. Podia entregar-se, despreocupado das exigências do ganha-pão, às atividades intelectuais, que lhe apaziam. Depois de longa permanência em Paris, os opulentos mananciais dos arquivos lusitanos estavam-lhe ao alcance para fecundas pesquisas, que não tardaram a frutificar em obras admiráveis:

Os Jesuítas no Grão Pará, 1901 — História de Antônio Vieira, 1918, apontada pelos doutos como história biográfica modelar. — *Evolução do Sebastianismo, 1918 — História dos Cristãos novos portugueses, 1922 — Épocas de Portugal Econômico, 1929 — Novas Epanáforas, 1932.*

Além desses volumes, alicerçados em documentação de primeira mão, que sabia interpretar sagazmente, J. Lúcio entregou aos prelos escritos inéditos do Padre Vieira, devidamente comentados e contribuições avulsas, que lhe evidenciaram cabal conhecimento da história de Portugal, sua terra natal, e do Brasil, pátria adotiva. Não maravilha que as circunstâncias o aproximassem de outro auto-didata, Capistrano de Abreu, mediante a amizade comum de José Veríssimo. Coincidiu com o desaparecimento do elo

amistoso o início da correspondência que ambos entretiveram por mais de uma década. No limiar, a 7 de fevereiro de 1916, Capistrano aplaudiu a intenção do amigo em termos calorosos: “Sabia da resolução do eminente historiador dos *Jesuítas no Grão Pará* de abordar a biografia do Padre Vieira, e regozijei-me por ter achado um assunto à altura do seu talento e do seu saber. Recebi e agradeço as primícias da grande obra: oxalá ainda me seja dado lê-la, como fiz com as duas monografias tão interessantes”. A 30 de junho refere-se a trabalhos já consagrados pela crítica, a principiar de *Estudos da História Paraense*: “Só ontem à noite comecei a leitura pelo Bispo e João Afonso, já ali se percebem todas as qualidades fortalecidas nos *Jesuítas* e no *Pombal*”. A 15 de novembro, tornava ao assunto, para opinar: “Sua idéia de dar à vida do Padre caráter mais ou menos autobiográfico reputo excelente. Permitirá apanhar a evolução daquele espírito, se evoluiu, porque parece-me antes uma Minerva nascida de ponto em branco”. Todavia, não cala objeções, expressas a 20 de abril de 1917: “Nos *Jesuítas no Grão Pará* há páginas inspiradas na justiça, mas será traição de memória? — as simpatias vão antes para Mendonça que para os missionários, nem sempre, porém mais de uma vez. Suas observações sobre a ordem, economia, desataram um problema. Quando publicar a vida do Vieira em dois volumes (que agradável notícia!) examina de novo a questão”. Para mais acentuar os seus pendores, repetiria a 14 de abril de 1918: “Entre os colonos e os jesuítas minha posição é bem definida: scu pelos jesuítas”. E prevendo que lhe estranhassem as preferências de ateu, acrescentou: “Bastava-lhes terem estudado as línguas indígenas, salvando tantos fragmentos da ideação primitiva para conquistar minhas simpatias. Tenho apenas dúvidas sobre a viabilidade de sua obra”. Decorridos três meses, voltava a exaltar, a 18 de julho, a obra mais recente do parceiro distante: “Li todo o primeiro período da *História* de um fôlego. Não me dei ao trabalho de comparar o texto atual com o da *Revista*. A nova leitura agradou-me mais do que a primeira, de que já gostava tanto; noto maior apuro de forma, mais serenidade, mais psicologia, mais história”. Na pena de Capistrano, tais louvores não seriam simples amabilidades endereçadas ao autor festejado, com quem mantinha ativa correspondência. Mas, em novembro, alarmante engano ameaçou interrompê-la irremediavelmente, como assinalou a carta de 17, dirigida à suposta viúva. “Minha Senhora: Um telegrama brutal de Lisboa deu-me a notícia da morte de João Lúcio”... “Era e é meu dever consagrar algumas linhas à memória do querido e ilustre morto, mas faltam-me informações essenciais que só mais tarde receberei; e, por que não dizê-lo? A 24 de outubro perdi um filho querido, meu companheiro inseparável des-

de a idade de cinco anos em que ficou órfão, amparo e esperança de minha velhice. Desorientado, vim refugiar-me em Pedras Altas, donde há menos de dois anos, por ocasião da morte de José Veríssimo, começou nossa correspondência”.

Estava em condições sentimentais propícias para compreender a dor da sobrevivência no lar enlutado, a quem acrescentou: “Beijo as mãos da viúva do bom amigo, que meus olhos nunca viram, mas meu coração...” A missiva comovente, de que foram tais períodos transcritos, iria patentear a João Lúcio a estima que lhe dedicava o cearense malferido de golpe semelhante. A notícia não era verdadeira, ou melhor, falhara a interpretação do telegrama verídico. De fato, falecera o seu xará, João Lúcio Pousão Pereira, mas a repercussão, no Brasil, substituiu o poeta algarvio, menos conhecido, pelo historiador de maior renome. Sanado o engano, reatou-se o diálogo através do Atlântico, mais desembaraçado, depois da prova a que fôra submetida a amizade: “Reli a nova edição do *Sebastianismo* com o mesmo prazer e o mesmo proveito que da primeira vez”, apesar das divergências apontadas em carta de 17 de março de 1919. “Reli também os *Cristãos Novos*, muito erudito, muito instrutivo, mas nada convincente quanto à Inquisição”, e alinhou os argumentos em que se apoiava. Apresentou restrições, naturalmente explicadas pelo escritor, a quem voltou a comentar, a 11 de setembro: “Se bem entendo, sua tese é: antes Inquisição que *pogrom*. O *pogrom* é violento, intermitente, sanável por conseguinte, a Inquisição é um organismo, com vida própria, revigorando-se cada vez mais: sou intransigente”. A 4 de dezembro registrou o prazer que lhe causou a visita do filho, José, que o encontrou na rede costumeira. Conversaram longamente a propósito do ausente: “Sei agora que nasceu em Sintra a 16 de abril de 1855, quase dois anos depois de mim, que sou de 23 de outubro de 1853”, “que nunca se candidatou à marinha como informou Bertino, e mudou-se para o Pará aos 18 anos”. Eram contemporâneos, portanto, além de inclinados às mesmas atraentes pesquisas. Mutuavam-se informações e documentos que permitiram a Capistrano retificar conclusões anteriores. “A História do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia”, comentou a 17 de maio de 1920. “É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem a baixo tôda á grandiola”, e lembrou, a propósito, a surpresa que o saltara ao examinar as cópias recebidas ultimamente relativas à procura de esmeraldas: “D. Rodrigo seguiu o mesmo itinerário que Fernão Dias Paes, com quem tinha marcado encontro”. “O caminho habitual de São Paulo para as minas passava do

Tietê para o Paraíba, acompanhava-o até Lorena, donde transpunha a Mantiqueira; por isto implícita ou explicitamente considerava-se que os dois o tinham seguido”. “Agora descobri o contrário: D. Rodrigo, e por conseguinte Fernão Dias foram da Paulicéia a Atibaia, beiraram a Mantiqueira pelo lado ocidental. Importância o caso não tem, mas sempre é melhor um alicerce em pedra que em areia”. Quando lhe chegou a vez de ler a biografia de Vieira, afirmou a 31 de julho: “Recebi ontem, li-o imediatamente e com o maior prazer. A obra continua na mesma elevação e com o mesmo vigor”. Mais tarde, acrescentou, a 27 de outubro: “Já li *O Revoltado* e encontrei muita novidade. Sua documentação é abundantíssima; duvido que os antecessores tenham conhecido a metade do que você agora apurou”. Não silenciou, porém, a omissão que notara: “Senti falta de uma página sobre a Rainha Cristina, a filha de Gustavo Adolfo, erudita, impúdica, que apressou a morte de Descartes e mandou matar um dos amantes em Fontainebleau. No drama é mero figurante; não seria mal aparecer com um pouco mais de consistência”. E para prevenir outras falhas, repêtiu: “Mais de uma vez tenho pedido que não esqueças um capítulo sobre os correspondentes de Vieira. O lugar próprio seria depois da circular em que se despede dos correspondentes”.

A confiança recíproca, em aumento, permitia a troca de opiniões e até de sugestões práticas: “Achamos graça nos seus escrúpulos quanto aos *Cristãos Novos*. Será desconhecida aí a datilografia? As máquinas rudimentares tiram duas e três cópias. Li algures que alguns editôres entregaram as cópias datilografadas aos autores dizendo-lhes façam quantas modificações aprouverem; depois, só verão a obra impressa. Faça a experiência com um dos capítulos não publicados pela *Revista de História* e decida-se pelo resultado. Melhor é experimentá-lo que julgá-lo”. Assim dizia a 1.º de abril de 21, e na carta seguinte insistiu: “Experimente a datilografia. Deixe-se de misoneísmo (aqui diríamos caturrice: parece que da banda de lá o vocábulo assumiu significação diversa)”.

Antes que recebesse a obra em elaboração, o manuseio dos papéis referentes à Inquisição inspirou-lhe malicioso comentário: “Quando vejo os processos dos cristãos novos e leio Alexandreerculano sobre a sociedade manuelo-joanina, fico em dúvida sobre quem merecia mais fogueira”. Mas ao terminar em dezembro, regozijou-se com o amigo, que lhe mandara o livro e cópias de documentos: “Li quase metade dos *Cristãos Novos*, sempre com o maior prazer. Revela grande progresso: às vêzes sucedia-me não saber exatamente sua opinião em seus livros anteriores; agora, clareza ou

franqueza, a impressão é outra. V. tem razão em distinguir o ponto de vista dos cristãos novos e o da Inquisição. Devia ir mais longe, distinguir os pontos de vista internacional e nacional. Antisemitismo é internacional... O lusitanismo V. o representa bem, em um artigo da *Revista*, que no fim da sua existência, a Inquisição deixou intacto o problema para que foi criada". Em meio das efusões comunicativas, acêrca de planos de investigações e atividades produtivas, rompeu, a 25 de maio, nova carta de luto, por motivo diferente da primeira: "Lenitivo o futuro não pode oferecer: é uma mutilação irreparável. Só o passado a lembrança de quarenta e dois anos de convivência, os filhos, minoram a dor de não ter ido primeiro. De todo o coração abraço o amigo enlutado". Embora participasse do sofrimento do parceiro, continuou a tratar de assuntos, que interessavam a ambos. Antes, havia anotado, ao gabar-lhe o método de trabalho: "A vida comercial, com os prazos certos, prepara eficazmente para a carreira literária. V. acha tempo para tudo e para o mais". (25-1-21). Conceito análogo repetiria a 15 de abril de 1925 para frisar a diferença entre ambos: "O grande dia é amanhã, saúdo-o e abraço de véspera. Você, que administrou a vida melhor do que eu e viveu dos rendimentos sem atacar o capital, escreveu não sei quem, citado por Ruy, ainda pode formar planos e aninhar aspirações. Minhas aspirações, depois de cinqüenta anos do Rio — cheguei aqui a 25 de abril de 1875 — reduzem-se a morrer sem escândalo, sair do mundo silenciosamente como nele entrei". Todavia, ainda perseveraria em suas indagações, até baquear a 13 de agosto de 1927, ao tempo em que João Lúcio ajuntava documentação para *Épocas de Portugal Econômico e Novas Epanáforas*, além de escritos avulsos. Em todo se revelara o mesmo espírito arguto e criterioso, que sabia pesquisar nas melhores fontes e concluir acertadamente. De mais a mais, cuidava de expressar o pensamento em forma atraente, além de escorreita. Tornou-se clássico, de consulta indispensável a quem pretenda estudar os episódios, personagens ou os períodos da História luso-brasileira, a que aplicou perquiridora análise. O elogio da sua obra magistral registrou-se nas cartas que lhe dirigiu Capistrano de Abreu, por êle colecionadas com desvelo, e mais tarde oferecidas à Biblioteca Nacional. Em verdade, maravilha como o cearense, já sexagenário e pouco inclinado a atar novas relações, amistou-se com o luso-brasileiro, que lhe conquistou a simpatia. Contemporâneos, sentiram-se atraídos por afinidades intelectuais, não obstante as diferenças, que lhes caracterizavam as individualidades. Auto-didatas ambos, deixaram-se empolgar pelas pesquisas históricas, em que se auxiliavam mutuamente, depois que se conheceram.

Jamais se viram, entretanto, em pessoa. Contentavam-se com os retratos e as descrições de amigos comuns. Entre os demais, extremou-se José Veríssimo, o primeiro a fazer apologia do probo livreiro, cuja estréia literária provavelmente animaria com os seus conselhos, quando ainda se achava em Belém. Exerceria, a princípio, a ação catalítica, estimulada da mútua compreensão, dispensável depois que os dois trocaram entre si as primeiras impressões, e intensificaram as suas confidências literárias, até sucumbir o mais velho, a quem sobreviveu João Lúcio, emudecido, afinal, em novembro de 1933, mas imortalizado pelas obras que lhe testemunham perante a posteridade, a argúcia nas pesquisas históricas e a segurança na interpretação, envolta em apropriada roupagem literária.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

(Do Instituto Histórico Brasileiro).